

A SEMANA – 227*

4 de outubro de 1896

Enquanto eu cuida da semana, S. Paulo cuida dos séculos, que é mais alguma coisa. Comemora-se ali a figura de José de Anchieta, tendo já havido três discursos, dos quais dois foram impressos, e em boa hora impressos; honram os nomes de Eduardo Prado e de Brasília Machado, que honraram por sua palavra elevada e forte ao pobre e grande missionário jesuíta.¹ A comemoração parece que continua. O frade² merece-a de sobra. A crônica dera-lhe as suas páginas. Um poeta de viva imaginação e grande estro, o autor do *Cântico do Calvário*, pegou um dia da figura dele e meteu-a num poema.³ Agora é a apoteose da palavra e da crítica. Uma feição caracteriza estas homenagens, é a neutralidade. Ao pé de monarquistas há republicanos, e à frente destes vimos agora o presidente do Estado.⁴ Dizem que este soltara algumas palavras de entusiasmo paulista

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XXII, n. 278, p. 1, 4 out. 1896), SEMMA (p. 365-369) e SEM1953 (v. 3, p. 291-297). Texto-base: GN. Editor: Gilson Santos. Revisor: José Américo Miranda.

¹ Os três discursos são o de Francisco de Paula Rodrigues, intitulado “O apostolado católico”, pronunciado em 18 de julho, de que *O Commercio de São Paulo* (ano IV, n. 1014, p. 1, col. 7-8, 19 jul. 1896) publicou um resumo; o de Eduardo Prado, intitulado “O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização do Novo Mundo” – *O Commercio de São Paulo* (ano IV, n. 1042, p. 1-2, 21 ago. 1896); e o de Brasília Machado, intitulado “A vida de Anchieta” – *O Commercio de São Paulo* (ano IV, n. 1072, p. 1-2, 25 set. 1896). A programação completa do ciclo de conferências do Tricentenário de José de Anchieta encontra-se ao final desta crônica.

² Aurélio Buarque de Holanda (1953, p. 291) registrou em nota: “Assim está na *Gazeta de Notícias*, talvez por descuido de revisão; há de ser padre.”

³ Fagundes Varela (1841-1875) escreveu o poema *Anchieta ou o evangelho nas selvas*, publicado em agosto de 1875. Machado de Assis elogiou o poema em carta a A. J. Tomás Porciúncula (1854-1901), publicada em 20 de agosto de 1875 no periódico *A Crença*: “O *Evangelho nas selvas* será certamente a obra capital de Varela; virá colocar-se entre outros filhos da mesma família, o *Uruguai* e os *Timbiras*, entre os *Tamoios* e o *Caramuru*.” (ASSIS, 2013, p. 448) Quanto ao poema “Cântico do calvário” (1863), ele foi publicado em *Cantos e fantasias* (1865) – é um dos mais conhecidos de Varela.

⁴ Campos Sales (1841-1913), advogado e político (Partido Republicano), foi presidente do estado de São Paulo (1/05/1896 – 31/10/1897) e presidente do Brasil (15/11/1898 – 15/11/1902). Dos três oradores mencionados pelo cronista, Eduardo Prado (1860-1901) e Brasília Machado (1848-1919) eram monarquistas. Teodoro Sampaio (1855-1937) não era vinculado a partido: engenheiro civil, profundo conhecedor da geografia da Bahia, teria auxiliado Euclides da Cunha durante a redação de *Os sertões*, com informações geográficas.

por ocasião da última conferência.⁵ De fato, uma terra em que as opiniões do dia podem apertar as mãos por cima de uma grande memória é digna e capaz de olhar para o futuro, como o é de olhar para o passado. A faculdade de ver alto e longe não é comum.⁶

É doce contemplar de novo uma grande figura. Aquele jesuíta, companheiro de Nóbrega e Leonardo Nunes,⁷ está preso indissolúvelmente à história destas partes. A imaginação gosta de vê-lo, a três séculos de distância, escrevendo na areia da praia os versos do poema da Virgem Maria,⁸ por um voto em defesa da castidade, e confiando-os um a um à impressão da memória. A piedade ama os seus atos de piedade. É preciso remontar às cabeceiras da nossa história para ver bem que nenhum prêmio imediato e terreno se oferecia àquele homem e seus companheiros. Cuidavam só de espalhar a palavra cristã e civilizar bárbaros; para isso era tudo Anchieta, além de missionário. A habitação dele e dos outros era o que ele mesmo escrevia a Loyola, em agosto de 1554: “E aqui estamos, às vezes mais de vinte dos nossos, numa barraquinha de caniço e barro, coberta de palha, quatorze pés de comprimento, dez de largura. É isto a escola, é a enfermaria, o dormitório, refeitório, cozinha, despensa.”⁹

Justo seria que alguma coisa lembrasse aqui, entre nós, a nome de Anchieta, – uma rua, se não há mais. A nossa intendência municipal acaba de decretar que não se deem nomes de gente viva às ruas, salvo “quando as pessoas se recomendarem ao reconhecimento e admiração pública por serviços relevantes prestados à pátria ou ao município, na paz ou na guerra”.¹⁰ Anchieta está morto e bem morto; é caso de lhe dar a homenagem que tão facilmente se distribui a homens que nem sequer estão doentes, e

⁵ A terceira palestra do ciclo foi a de Brasília Machado, pronunciada no dia 24 de setembro. Noticiou *O Commercio de São Paulo*, no dia 25: “O sr. dr. Campos Sales, à saída, dirigindo-se a algumas pessoas disse: – S. Paulo é uma grande terra. Solenidades dessas são uma glória para S. Paulo.”

⁶ O próprio Machado de Assis escreveu um poema – “José de Anchieta” –, que publicou depois em *Ocidentais* (nas *Poesias completas*, 1901). Galante de Sousa, não tendo localizado publicação anterior desses versos, deu como data-limite para a composição do poema a da redação da “Advertência” do livro de 1901. Na verdade, a composição data da época dessas comemorações. Ubiratan Machado informa que Machado de Assis o compôs a pedido de João Monteiro, que agradeceu o recebimento do poema em carta de 12 de novembro de 1896. (MACHADO, 2021, p. 288 e p. 359-360) Era hábito de Machado celebrar datas comemorativas com versos, e não com discursos.

⁷ Manuel da Nóbrega (1517-1570): jesuíta português, líder da primeira missão jesuítica às Américas (1549). Leonardo Nunes (1509-1554): jesuíta português, veio para o Brasil em companhia de Manuel da Nóbrega. José de Anchieta (1534-1597): jesuíta espanhol (nasceu em Tenerife, ilhas Canárias), veio para o Brasil em 1553.

⁸ *De Beata Virgine Dei Matre Maria (Da bem-aventurada Virgem Maria, mãe de Deus)*, escrito em 1563 por José de Anchieta. O poema foi escrito na areia da praia (Iperoígue, atual Ubatuba), enquanto ele se encontrava entre os tamoios. O poeta o gravou na memória. Ver ilustração ao final desta crônica.

⁹ Em carta de 1554 a Inácio de Loyola (1491-1556), enviada de Piratininga-SP, Anchieta diz: “De janeiro até o presente tempo permanecemos, algumas vezes mais de vinte, em uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas, tendo quatorze passos de comprimento e apenas dez de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa”. (ANCHIETA, 1933, p. 43) A citação feita pelo cronista difere (um pouco), em alguns trechos, do texto da carta de 1554 que transcrevemos.

¹⁰ O decreto foi publicado na *Gazeta de Notícias* (ano XXII, n. 271, p. 1, col. 4, 27 set. 1896), no domingo anterior a este, na mesma página em que vem a crônica machadiana “A Semana”.

mal se podem dizer maduros; tanto mais quando o presidente do conselho municipal não é só brasileiro, é também paulista e bom paulista.¹¹ Certo, nós amamos as celebridades de um dia, que se vão com o sol, e as reputações de uma rua que acabou ao dobrar da esquina. Vá que brilhem; os vaga-lumes não são menos poéticos por serem menos duradouros; com pouco fazem de estrelas. Tudo serve para nos cortejarmos uns aos outros.

A própria lei municipal tem uma porta aberta aos obséquios particulares. Nem sempre a vontade do legislador estará presente, e as leis corrompem-se com os anos. Quando o atual conselho desaparecer, lá virá alguém que, por haver inventado um chapéu elástico, uma barbatana espiritual ou, finalmente, outro jataí que ajude a limpar os brônquios e as algibeiras, – tenha ocasião de ver pintado o seu nome na esquina da rua em que mora, e, se morar longe, em outra qualquer. É o anúncio gratuito, o troco miúdo da glória. E não há de ser escasso prazer, antes largo e demorado, ler na esquina de uma rua o próprio nome. Não haverá conversação de bonde ou a pé que faça esquecer a placa; por mais atenção que mereça o interlocutor, seja um homem ou uma senhora, – os olhos do beneficiado cumprimentarão de esguelha as letras do benefício. Alguma vez passearão pelas caras dos outros, a ver se também olham. Os crimes que se derem na rua, os incêndios, os desastres serão outras tantas ocasiões de reler o nome impresso e reimpresso; assim também as casas de negócio, os anúncios de criados, o obituário e o resto. Enfim, o uso positivista de datar os escritos da rua em que o autor mora,¹² uma vez generalizado, ajudará a derramar a boa notícia da nossa fama.

Nem por isso deixarão de falar os que tiverem de falar, se forem negociantes; não há nome de esquina que pague um crédito. Este momento, se é certo o que corre, ameaça de ponto-final a muita gente. Dizem que há numerosas petições de falência. Se serão atendidas é o que não se sabe, porque o deferimento pode trazer a dissolução geral de todos os vínculos pecuniários. E quando os que vendem quebram, imaginai os que compram. Estes deviam rigorosamente matar-se, imitando a gente do Japão, onde os suicídios são em maior número quando o arroz está caro, e em menor, quando está barato. Arroz ou morte! é o grito daquela nação. Nós, para quem tudo é caro, desde a sopa até a sobremesa, vivemos a ver em que param os preços, – os preços ou os bichos.

Entretanto, ao passo que os negociantes do Rio de Janeiro pedem crédito, não o acham e querem fechar as portas, o presidente do Espírito Santo deseja que lhe diminuam a faculdade de abrir créditos. “Em consequência das razões que acabo de apresentar-vos (diz o Dr. Graciano das Neves em sua recente mensagem) dou prova da maior lealdade, Srs. deputados, pedindo-vos que voteis na presente sessão alguma disposição de lei que restrinja com prudência a faculdade que tem o presidente de abrir

¹¹ O presidente do conselho municipal era Joaquim Xavier da Silveira Júnior (Santos, 1864 – Rio de Janeiro, 1912).

¹² Veja-se, como exemplo, o modo pelo qual Raimundo Teixeira Mendes fechou suas “Indicações sumárias sobre a teoria positiva do Calendário”: “R. Teixeira Mendes / 47, Travessa do Desterro”. (MENDES, 1899, p. 36)

créditos suplementares às verbas orçadas pelo congresso.”¹³ Eu, que aprendi o que era *bill*¹⁴ de indenidade no capítulo da abertura de créditos, mal posso crer no que leio. Um presidente de Estado que, tendo a faculdade de abrir créditos, e podendo não os abrir, pede que lhe atem as mãos, dá mostra de que é ainda mais psicólogo que presidente. É como se dissesse que as boas intenções do dia 15¹⁵ podem não ser as mesmas do dia 16 e 17, e o melhor é não fiar na vontade. Não sei se o caso é único; falta-me tempo de compulsar as mensagens de ambos os mundos, mas com certeza não é comum nem velho.

Não é velho, mas tende a ser comum o uso delicado de concluírem os jurados as sessões, ordinárias ou extraordinárias, deixando nas mãos do presidente e do promotor uma lembrança. A penúltima trazia como razão a polidez dos magistrados. A última, que foi anteontem, não alegou tal motivo, para tirar ao ato qualquer aspecto de gratidão. O presidente teve duas estatuetas de bronze, e o promotor uma rica bengala. Não é pouco ir julgar os pares, obrigatoriamente, com perda ou sem perda dos próprios interesses; a lembrança, porém, realça o serviço público. A prova de que a instituição do júri está arraigada na nossa alma e costumes é essa necessidade moral que têm os juízes de fato de se fazerem lembrados dos magistrados, a quem a sociedade confia a punição dos delinquentes. Resta que os magistrados, por sua vez, deem alguma lembrança aos cidadãos, e que estes saiam com botões de punho novos ou carteiras de couro da Rússia. São prendas baratas e significativas.¹⁶

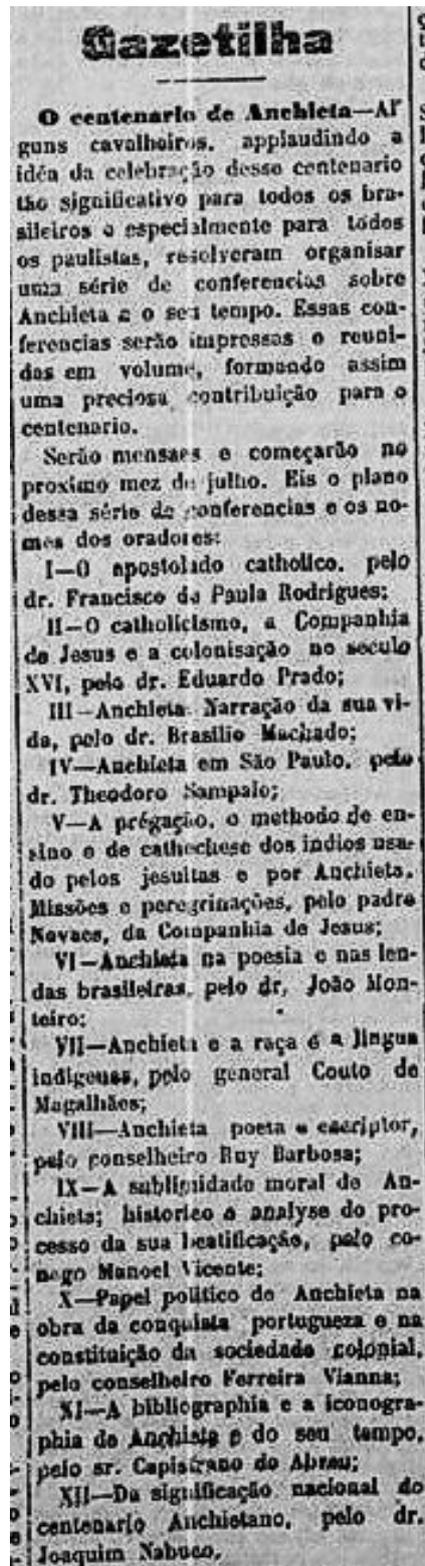


¹³ A mensagem de Graciano dos Santos Neves (1868-1922), presidente do Espírito Santo em 1896-1897, pode ser lida nos *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (ES) – 1892 a 1930* (Espírito Santo, Vitória, 1896, edição 2, p. 8, 22 set. 1896), que se encontram disponibilizados na Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁴ *bill*] bil – em SEM1953. O cronista empregou o termo *bill* em “A Semana – 216” (19 jul. 1896). “*Bill* de indenidade” significa “isenção de responsabilidade”.

¹⁵ Alusão à data da Proclamação da República?

¹⁶ Em “A Semana – 219”, de 9 de agosto de 1896, Machado de Assis expôs o percurso da relação entre juízes e jurados no Brasil, chegando, no ano de 1896, ao início do hábito, pelos jurados, de presentear juízes e promotores.



Conferências do III Centenário de Anchieta

FONTE: *O Commercio de São Paulo*, ano IV, n. 983, p. 2, 13 jun. 1896.



Anchieta escrevendo o poema da Virgem – pintura de Antônio Parreiras (1860-1937)

FONTE: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Anchieta.jpg>.

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

GN – *Gazeta de Notícias*.

SEMMA – *A Semana*, edição Mário de Alencar, 1922.

SEM1953 – *A Semana*, edição W. M. Jackson, 1953, 3v.

Referências

ANCHIETA, José de. *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 278, p. 1, 4 out. 1896. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=15027>.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Edição coligida por Mário de Alencar. Rio de Janeiro: Garnier, 1922.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Revisão crítica e notas de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Jackson, 1953. v. 3 (1895-1900).

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. (Org.) Aloizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloísa Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008. 4v.

ASSIS, Machado de. *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*. Organização: Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek, Daniela Mantarro Callipo. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ASSIS, Machado de. A Semana. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/867>>.

ASSIS, Machado de. A Semana. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/993>>.

BRITO, M. L. A. O casamento republicano na crônica de Machado de Assis. *Machado de Assis em Linha*, v. 11, n. 23, 2018, p. 93-106.

FRANCO, Gustavo H. B. *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MENDES, R. Teixeira. Indicações sumárias sobre a teoria positiva do Calendário. In: COMTE, Augusto. *Calendário positivista* precedido de indicações sumárias sobre a teoria positiva do Calendário por R. Teixeira Mendes. São Paulo: s.e., 1º jan. 1899.

NASCENTES, Antenor. *Tesouro da fraseologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.